

ação civil ex delicto

↳ Esse tipo de ação é proposta no juízo cível p/ que o ofendido possa ser ressarcido do prejuízo auferido com a prática criminosa. Tal ação pode ser movida pelo ofendido, seu representante legal ou, no caso de morte, pelos herdeiros.

↳ 2 possibilidades de ingressar pedindo a reparação do dano:

1º: quando ainda pendente da decisão na ação penal, caso em que o juízo cível irá suspender a ação civil até o julgamento definitivo.

2º: ocorrerá na forma do art. 387, IV, CPP.

↳ neste caso, caberá ao ofendido apenas requerer a execução da sentença criminal no juízo cível, pelo valor fixado pelo juízo Criminal.

O réu, nesse tipo de ação cível será o autor do crime ou o seu responsável civil, de acordo com o art. 64 CPP.

importante → É importante lembrar quando a sentença criminal fará coisa julgada, não podendo ser questionada novamente:

↳ sentença condenatória;

↳ sentença absolutória que reconhece a inexistência do ato;

↳ sentença absolutória que reconhece estar provado que o réu não concorria p/ infração penal;

↳ sentença absolutória que reconhece a existência de causa excludente de ilicitude.

art. 66 e 67 CPP → não farão coisa julgada no cível.

↳ denomina-se coisa julgada material a autoridade que torna imutável e indiscutível a decisão de mérito não mais sujeita a recurso.

↳ coisa julgada formal acontece quando não

___/___/___

cabe mais recurso dentro de um processo determinado.